

PORTE PAGO
DR - RIO
ISR - 52 - 431/81



AÇÃO COMUM

Rio de Janeiro, novembro de 1984 Ano VI nº 60

Distribuição Gratuita

Congresso debate participação e fortalecimento municipal

Durante quatro dias, cerca de 2 mil participantes, entre prefeitos, vereadores e deputados de todo o País, discutiram os problemas ligados ao município, com destaque para a reforma tributária e o fortalecimento das administrações municipais, no XI Congresso Nacional de Municípios, realizado de 2 a 5 de outubro no Balneário Camboriú, em Santa Catarina.

O Presidente do Mobral, Claudio Moreira, presente ao encontro, afirmou que o processo de desenvolvimento social e educacional necessita do fortalecimento das bases municipais. O Mobral participou, também, através de um estande, onde foram mostrados os programas e projetos da Fundação e distribuído material de divulgação. (p. 4 e 5)

Vereador destaca educação

"Quero ressaltar, neste momento, um trabalho que vem sendo desenvolvido pela Fundação Mobral em inúmeros municípios brasileiros, particularmente nas regiões carentes. Os programas de educação aplicados a estas regiões caracterizam-se pela valorização social e cultural do homem em sua existência concreta, com suas próprias características e contradições".

Este é um trecho do discurso proferido pelo Vereador Leonel Trotta, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, e publicado no Diário da Câmara, em homenagem ao transcurso do 14º aniversário da Fundação Mobral. O Vereador Leonel Trotta continuou saudando a equipe que assumiu a proposta de uma nova educação.

"Neste mês, quando a Fundação Mobral comemora 14 anos de existência, travando uma difícil batalha de impor-se perante a sociedade, escapando das teias de uma crise econômica que devora o tecido social e, em especial, a educação, quero deixar registrada uma homenagem à equipe que corajosamente assumiu a proposta de uma nova educação, abrindo as

frentes comunitárias por este Brasil agora.

A Claudio Moreira, Presidente do Mobral; Regina Lúcia Müzell Faria, Coordenadora do Mobral no Rio de Janeiro/Sul; Eduardo Augusto Vianna da Silva, Coordenador do Mobral no Rio de Janeiro/Norte; e a Therezinha Éboli, Chefe do Departamento Técnico-Educacional, os nossos sinceros votos de que essa experiência prossiga no rumo da construção de um Brasil novo, onde nossos irmãos estejam livres do analfabetismo e do obscurantismo cultural."

Os Direitos da Criança

Proclamada pela Assembleia das Nações Unidas a 20 de novembro de 1959, a Declaração dos Direitos da Criança completa 25 anos em 1984. Para marcar a data, o *Ação Comum* publica, abaixo, a íntegra da Declaração:

Considerando que os povos das Nações Unidas, na Carta, reafirmaram sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano, e resolveram promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla.

Considerando que as Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamaram que todo homem tem capacidade de gozar os direitos e as liberdades nela estabelecidos, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição.

Considerando que a criança, em decorrência de sua imaturidade física e mental, precisa de proteção e cuidados especiais, inclusive proteção legal apropriada, antes e depois do nascimento.

Considerando que a necessidade de tal proteção foi enunciada na Declaração dos Direitos da Criança em Genebra, de 1924, e reconhecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos Estatutos das agências especializadas e organizações internacionais interessadas no bem-estar da criança.

Considerando que a humanidade deve à criança o melhor de seus esforços, a Assembleia Geral das Nações

Unidas proclama esta Declaração dos Direitos da Criança, a fim de que ela tenha uma infância feliz e possa gozar, em seu próprio benefício e no da sociedade, os direitos e as liberdades aqui enunciadas, e apela para que os pais, os homens e as mulheres em sua qualidade de indivíduos, e as organizações voluntárias, as autoridades locais e os governos nacionais reconheçam estes direitos e se empenhem pela sua observância mediante medidas legislativas ou de outra natureza, progressivamente instituídas, de conformidade com os seguintes princípios:

Princípio 1º

A criança gozará todos os direitos enunciados nesta Declaração. Todas as crianças, absolutamente sem qualquer exceção, serão credoras destes direitos, sem distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família.

Princípio 2º

A criança gozará proteção especial e ser-lhe-ão proporcionadas oportunidades e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social de forma sã e normal e em condições de liberdade e dignidade. Na promulgação de leis visando a este objetivo, levar-se-ão em conta, sobretudo, os interesses superiores da criança.

Princípio 3º

Desde o nascimento, toda criança terá direito a um nome e a uma nacionalidade.

Princípio 4º

A criança gozará os benefícios da previdência social e terá direito a crescer e criar-se com saúde. Para isto, tanto à criança como à mãe, será proporcionada proteção especial, inclusive adequados cuidados pré e pós-natais. A criança terá direito à alimentação, habitação, recreação e assistência médica adequada.

Princípio 5º

A criança incapacitada física ou mentalmente, ou que sofra algum impedimento social, serão proporcionados o tratamento, a educação e os cuidados especiais exigidos pela sua condição peculiar.

Princípio 6º

Para o desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança precisa de amor e de compreensão. Criar-se-á, sempre que possível, sob os cuidados e responsabilidade dos pais e sempre num ambiente de afeto e de segurança moral e material; salvo circunstâncias excepcionais, a criança de tenra idade não será apartada da mãe. À sociedade e às autoridades caberá a obrigação de proporcionar cuidados especiais às crianças sem família e àquelas que carecem de meios adequados de subsistência. É desejável a prestação de ajuda oficial ou de outra natureza para a manutenção dos filhos de famílias numerosas.

Princípio 7º

A criança terá direito a receber educação, que será gratuita e obrigatória pelo menos no grau primário.

Ser-lhe-á propiciada uma educação capaz de promover sua cultura geral e capacitá-la, em condições de iguais oportunidades, a desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juí-

zo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se um membro útil da sociedade.

Os superiores interesses da criança serão a diretriz a nortear os responsáveis pela sua educação e orientação; esta responsabilidade cabe, em primeiro lugar, aos pais. A criança terá ampla oportunidade para brincar e divertir-se, visando aos propósitos mesmos de sua educação. A sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão em promover o gozo deste direito.

Princípio 8º

A criança figurará, em quaisquer circunstâncias, entre os primeiros a receber proteção e socorro.

Princípio 9º

A criança deve ser protegida contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração. Não será jamais objeto de tráfico, sob qualquer forma. Não será permitido à criança empregar-se antes de uma idade mínima conveniente; de nenhuma forma será levada a, ou ser-lhe-á permitido, empenhar-se em qualquer ocupação ou emprego que lhe prejudique a saúde ou a educação, ou que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral.

Princípio 10º

A criança gozará proteção contra atos que possam suscitar discriminação racial, religiosa ou de qualquer outra natureza.

Criar-se-á num ambiente de compreensão, de tolerância, de amizade entre os povos, de paz e de fraternidade universal e em plena consciência de que seu esforço e aptidão devem ser postos a serviço de seus semelhantes.

A palavra do presidente



Comemora-se, no dia 5 deste mês, em todo o Brasil, a Cultura no seu amplo sentido etnológico, ou seja, complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e de outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma determinada sociedade ou nação. Desde os seus primórdios, a Fundação Mobral deflagrou um programa de atividades culturais visando a propiciar aos seus alunos e ex-alunos de cursos pedagógicos oportunidades de extensão educativa sob a ótica de que o desenvolvimento de um determinado grupo social é fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento dos seus valores, e que, graças a tal esforço, alcançaremos o progresso e estaremos construindo a civilização.

Acho que este é o momento apropriado para avaliarmos, de modo global, o significado do desenvolvimento cultural das comunidades promovido e apoiado por nossa Instituição. Cumpre lembrar que a atuação do Mobral na área da cultura procurou sempre envolver a comunidade no que ela apresenta de mais autêntico. O objetivo, o alvo a alcançar, foi sempre integrar o cidadão com a cultura do seu povoado, do seu município, da sua microrregião, preservando-lhe os valores e modos de expressão: lingüístico, artístico, ético, étnico, moral ou religioso, sem que tais valores, entretanto, permaneçam estacionários. Daí, o estímulo à conexão e integração, também, com outras culturas, constituindo assim um universo cultural mais rico. É este universo que poderá proporcionar o desenvolvimento da sensibilidade individual no que tange a seus modos de expressão físicos e intelectuais, o desabrochar de suas potencialidades mais recônditas, um instrumento para o pleno florescer do associativismo como forma de atividade ocupacional e de lazer. Nisso acreditamos e baseamos nossa atuação. Entendemos, ainda, que promover a cultura é levar o indivíduo a aprender as primeiras letras e passar ao patamar seguinte da educação em seu sentido mais formal, isto é, buscar um aprendizado pedagógico complementar, onde a informação sobre o homem e o mundo, as coisas palpáveis e as impalpáveis façam parte do cotidiano pessoal e do grupo.

Claudio Moreira

Incentivar a cultura é permitir a fixação dos saberes adquiridos em outros programas do Mobral e permutá-los com os saberes adquiridos na vida, o que só proporciona ao indivíduo maiores ganhos igualmente materiais e espirituais, orientando-o não apenas para o trabalho, como também para as horas lúdicas nas quais o imaginário poderá ser plenamente desfrutado.

Tudo isto está presente na história das atividades culturais instigadas e/ou apoiadas pelo Mobral. Temos buscado a valorização do patrimônio artístico e histórico de comunidades esquecidas. Incentivamos a formação e o caráter de permanência de grupos teatrais fixos e itinerantes em todo o País. Editamos o *Mapa Cultural*, um levantamento que seria impossível sem o apoio das comunidades e que representa obra de inestimável importância. A valorização do artesanato ornamental e utilitário tem pautado nossa atuação, levando os artesãos à comercialização de um produto genuíno da cultura popular, que permite concreta elevação da renda familiar. O antigo Posto Cultural, hoje Posto do Mobral, engloba, como unidade fixa, boa parte das ações culturais, sendo um ponto de referência obrigatório no calendário cultural das comunidades. Cerca de 2.700 Postos ratificam esta afirmação como núcleo ativo de aglutinação, sobretudo da população de baixa renda, nossa clientela preferencial. Não se pode negar a importância da Mobralteca como unidade móvel semeadora de cultura, seja por sua originalidade, por sua funcionalidade como palco de um mundo de atividades de informação, educação e lazer, e pelo incentivo à leitura mediante empréstimo de livros; além disso, divulga, através de receptores de televisão, a ação multifacetada do Mobral em prol da educação e da cultura. Tais unidades, fixas e móveis, ampliam a capacidade de mobilização para os Projetos de Alfabetização Funcional, Educação Integrada, Autodidatismo e outros. Realizam trabalho de massa, agrupam, atraem, persuadem, divertem, convencem milhares de pessoas.

Por toda essa diversidade de eventos regulares e extraordinários, nossa área de desenvolvimento cultural constitui uma forma de fixar o aluno em sala de aula, garantindo-lhe outros incentivos, como a participação em gincanas, festas, feiras, e abrange todo um canal de comunicação a serviço de um princípio: evitar a evasão escolar e a regressão. Acho que só podemos nos congratular por fazermos parte de uma instituição que conscientemente sabe da sua contribuição para a cultura brasileira e universal. É com esta certeza que nos juntamos aos que festejam o Dia da Cultura: para nós, são os 365 dias do ano.

Serviço

RIO DE JANEIRO

Concurso — A Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa — Funtevê —, como parte das comemorações do centenário de nascimento de Roquette-Pinto, pioneiro da radiodifusão brasileira, está promovendo o II Concurso Roquette-Pinto de Monografias, sob o tema Tecnologia Educacional. Os trabalhos poderão ser inscritos até o dia 25 de janeiro, e o classificação em primeiro lugar receberá o prêmio de Cr\$ 800 mil. O objetivo do concurso, que tem o patrocínio do Conselho Nacional de Direito Autoral, é enriquecer a bibliografia sobre teleeducação no Brasil e incentivar a pesquisa sobre o assunto. Também poderão ser inscritos textos de teses e monografias apresentadas em universidades brasileiras para fins de doutorado e mestrado, desde que não tenham sido anteriormente editadas para fins comerciais, no todo ou em parte, por qualquer meio de comunicação. Os originais devem ser entregues à Rua da Imprensa, 16, 9º andar, sala 905 — Centro, Rio de Janeiro.

Patrimônio — O Patrimônio Histórico da União está divulgando ato oficial que determina o tombamento do Sítio Santo Antônio da Bica, de propriedade do paisagista, pintor, e sobretudo amante da ecologia, Roberto Burle Marx, situado em Guaratiba. Os estudos sobre o assunto estão em fase de finalização pela Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura e indicam que, naquela propriedade, Burle Marx conseguiu reunir um conjunto tão rico de espécies vegetais, que o catálogo já supera, em quantidade, o do próprio Jardim Botânico.

Estágio — O Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos Gráficos — Lacre —, da Fundação Casa de Rui Barbosa, abriu inscrições este mês para estágios supervisionados durante o ano de 1985. Com o objetivo de dar treinamento prático de restauração do papel, o estágio se destina a candidatos que já possuem conhecimentos básicos sobre a história do papel e sua preservação. Os estágios ocorrerão durante os meses de janeiro, fevereiro, junho, julho, agosto e setembro com um total de 12 vagas (duas por mês), de 2ª a 6ª feira, das 9 às 12 e das 14 às 17h, perfazendo 84 horas de treinamento prático com apoio teórico. Maiores informações na Rua São Clemente, 134, Botafogo, ou pelo telefone 286-1297 — ramal 31.

Solicitação — Solicitamos aos leitores do jornal *Ação Comum*, quando da mudança de endereço, enviarem, junto com o novo endereço, a etiqueta de qualquer exemplar de nosso jornal. Tais informações facilitam nosso trabalho junto ao Setor de Processamento de Dados. Enviar para o seguinte endereço: Fundação Mobral Decom/Disad — Rua da Alfândega, 214 — Centro — RJ — CEP 20070.

DISTRITO FEDERAL

Criança — O Dia da Criança foi comemorado no Centro de Intervenção e Reeducação de Brasília. Os filhos dos internos tiveram a oportunidade de assistir a peças de teatro encenadas pelos detentos. O patrocínio foi do Mobral, que já vem desenvolvendo cursos de teatro em presídios da Capital Federal, há algum tempo. A iniciativa fez parte do trabalho de reeducação e ressocialização dos internos, que, dentre outras atividades, prevê a constante interação dos detentos com a comunidade através de grupos teatrais.

Medalha — O Governo do Distrito Federal outorgou a medalha Mérito Alvorada a Alzira Corrêa Guimarães, professora que aos 82 anos continua desenvolvendo seu ofício com o mesmo carinho, entusiasmo e dedicação de 60 anos atrás, quando ingressou no magistério. A professora é querida e estimada por todos em Brasília, onde dá lição de vida e de juventude a muitos moços e moças, em sua atividade diária como alfabetizadora do Mobral. Se para Dona Alzira "educar é um ato de amor", a medalha do Mérito Alvorada que lhe foi outorgada pelo Governador José Ornellas foi, antes de tudo, um ato de justiça.

Intercâmbio — Brasil e Portugal ampliarão o intercâmbio cultural, desenvolvendo novas ações sobre "problemas do nosso tempo com vistas para o futuro". Foi o que anunciou o Ministro da Cultura daquele país, Antonio Coimbra Martins, depois da reunião que manteve no Ministério da Educação e Cultura com a Ministra Esther de Figueiredo Ferraz, quando ficou estabelecido o acordo, que engloba cinema, teatro, setores de audiovisual, do ensino, da novela, da música e do livro. Antonio Coimbra debateu com a Ministra Esther a criação do Ministério da Cultura do Brasil e a retirada da Literatura Portuguesa do ciclo básico para o curso de Letras. Para ele, a criação do Ministério é uma necessidade atual e, quanto à retirada de disciplina do ciclo básico do referido curso, manifestou sua preocupação.

Preços — A Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE — fixou os preços das vagas a serem compradas das escolas particulares em 1985 pelo sistema de manutenção do ensino do 1º grau, financiado com recursos do salário-educação. Em São Paulo e no Paraná, onde os preços são mais elevados, a vaga tem o preço unitário de Cr\$ 28.400,00, sendo proibida, ao aluno, a cobrança de qualquer importância complementar. As delegacias estaduais do MEC fiscalizarão e controlarão esse sistema de compras de vagas.

RIO GRANDE DO SUL

Canetas — As empresas gaúchas Codimex e Bit Processamento de Dados desenvolveram o projeto da caneta que escreve no vídeo de te-

levisão, a *light pen*, a um custo mais baixo do que as canetas simples estrangeiras. Usada para fins educacionais, de lazer e de controle de processos, a *light pen* é compatível com os microcomputadores cuja entrada de dados seja um conversor analógico digital. Uma célula fotoelétrica obedece e interpreta os sinais luminosos que se diferenciam pela luminosidade mais ou menos intensa. Por enquanto, a *light pen* só está sendo usada para fins educacionais e de lazer. Os engenheiros explicaram que no jogo de força, por exemplo, o jogador seleciona as vogais e consoantes que quer e pressiona a caneta no vídeo sobre a alternativa que será lida duas vezes antes de o computador dar o sinal de certo ou errado.

MINAS GERAIS

Encontro I — Cerca de 300 mulheres, representando 250 municípios, participaram do I Encontro Mineiro da Mulher Rural, encerrado dia 22 de outubro em Belo Horizonte. Durante três dias, elas discutiram os problemas específicos das trabalhadoras do campo, com destaque para a falta de assistência médica. Dividido em três áreas básicas — Educação, Saúde e Trabalho —, o documento final do Encontro apresenta as principais reivindicações das mulheres mineiras rurais. Na área da educação, elas querem recuperação e construção de novas escolas rurais, equiparação salarial para as professoras rurais e extensão de séries à zona rural.

Encontro II — Realizou-se, na cidade de Juiz de Fora, de 24 a 26 de outubro, o I Encontro Regional de Contabilistas de Juiz de Fora. As principais palestras do Encontro foram: Ética Profissional: A Contabilidade e a Legislação Tributária, proferida por Marcio Trindade, Vice-Presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais; O Estatuto da Micro-empresa e o Contabilista, por João Batista de Almeida, Presidente do Conselho Regional de Contabilidade. O principal painel de debates versou sobre os Problemas e Perspectivas dos Contabilistas.

PIAUI

Deputado — O Deputado Xavier Neto registrou, em Teresina, mais um aniversário da Fundação Mobral, destacando a presença do Prof. Pedro Vasconcelos à frente da Coordenação piauiense. Segundo Xavier Neto, o Mobral hoje se incorpora plenamente à comunidade brasileira, estando representado em todos os municípios do Piauí. Fez também uma referência à atuação da Entidade na educação pré-escolar, serviços de higiene, saúde e alimentação. Finalizou dizendo que, se não fosse por interferências estranhas aos interesses da alfabetização, o Mobral já teria reduzido em maior porcentagem os índices de analfabetismo no Piauí.

Coluna do leitor

Trabalho Brilhante

Carta enviada à Procuradoria Jurídica do Mobral: "Senhor Procurador. Ao tomarmos conhecimento de sua Coluna Jurídica, através do jornal *Ação Comum*, publicado pelo Mobral, apressamo-nos a vir à presença de V.Sa. para parabenizá-lo por tão brilhante trabalho. Gostaríamos de receber normalmente estas publicações. Teremos satisfação em recebê-las em nosso endereço, à Rua Jerônimo Coelho, 44-conj. 102 - Porto Alegre/RS, onde estaremos sempre à sua disposição e na esperança de que você ter a honra de receber a sua visita. Atenciosamente". Onofre da Silva Pontes - Gerente do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição — Ecad - Porto Alegre/RS.

Direito Autoral

Carta enviada à Procuradoria Jurídica do Mobral: "Prezado Senhor. Ao cumprimentá-lo, queremos externar nosso profundo reconhecimento pela tão brilhante forma com que V.Sa. expôs a matéria autoral em sua Coluna Jurídica, através do jornal *Ação Comum*, publicado pelo Mobral. Para tanto, quando oportunamente V.Sa. passar por esta capital, fica firmado o convite para que conheça as instalações de nossa sede, bem como para que possamos lhe mostrar o real empenho do Ecad na luta pela defesa autoral no Brasil". Carlos Haroldo de Abreu — Secretário-Geral do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição — Ecad - Brasília/DF.

Solicitação

Como Diretor, Coordenador e Redator do Jornal de Pompéu, tenho a satisfação de apresentar-lhes o nº 5 do nosso jornal, que é vinculado ao município, sobre o qual publicamos sempre as principais notícias e acontecimentos importantes. Em setembro último, publicamos matérias sobre os 14 anos de existência do Mobral. Queríamos, ainda, solicitar que nos fosse enviado regularmente o jornal *Ação Comum*. Deste modo, saberíamos mais sobre a atuação do Mobral nas comunidades: Aproveitando a oportunidade, reiteramos os nossos protestos de real apreço e estima". Carlos Domício de Oliveira Franca - Pompéu/MG.

AÇÃO COMUM

Editado pelo Departamento de Comunicação, da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral - Rua da Alfândega, 214 - Centro - Rio de Janeiro - CEP 20070.

Presidente: Claudio Moreira
Jornalista Responsável: Everardo Wilson de Lima Pinho - registro profissional nº 11.494 (RJ)
Produção Editorial: Departamento de Comunicação da Fundação Mobral.

O jornal *Ação Comum* está sendo impresso pela Editora Abril S.A. e distribuído pela firma Distribuidora Fernando Chinaglia S.A. No caso de qualquer irregularidade no recebimento, solicitamos comunicar à redação. Rua da Alfândega, 214 — Centro — CEP 20070 — RJ.

Jornais recebidos

Tribuna do Mobral - nºs 24 e 26 - Imbuia/SC. Noticiário do Mobral - nº 5 - Santos Dumont/MG. O Estadinho - nº 4 - Guajará-Mirim/RO. O Pimentinha - ago./set. 84 - Pimenta Bueno/RO. O Cacaieiro - nº 4 - Colorado do Oeste/RO. Mobral Informa - nº 2 - Várzea de Palma/MG. O Corujão - nº 20 - Nova Ve-

nécia/ES. Jornal Juvenil - nº 79 - Altinho/PE. Jornal Comunitário - nºs 3 e 4 - Massaranduba/PB. O Manairense - nºs 59 a 62 - Manairé/PR. Edição Especial - s/nº - Piripituba/PB. O Passaro Comunitário - ago./set. 84 - Parnarama/MA. O Sertanejo - nºs 3 e 4 - S. Benedito do Rio Preto/MA. O Pro-

gresso - ago./set. 84 - Fortuna/MA. A Cultura - nº 22 - Presidente Dutra/MA. O Popular - nº 8 - Ariqueiras/RO. Tribuna do Mobral - nº 27 - Imbuia/SC. La Mujer en la Agricultura - s/nº - FAO. Eucator - nº 32 - São Paulo/SP. Cultura Guanduense - nº 1 - Baixo Guandu/ES.

Fundação participa em Niterói da III Conferência de Educação

O que vai pelas Coordenações

AMAPÁ

O Presidente do Mobral esteve no Território do Amapá, onde visitou o Governador do Território, Aníbal Barcellos, o Prefeito de Macapá, Murilo Pinheiro, e a Delegada Regional do MEC, Maria Dias. Claudio Moreira manteve, ainda, inúmeros contatos com outras autoridades locais.

ACRE

Também neste estado, festejou-se o Dia Internacional da Alfabetização e o 14º aniversário do Mobral. A programação, elaborada pela Coordenação local, foi a seguinte: missa em ação de graças; corrida ciclística; solenidade de entrega de medalhas e certificados aos servidores pelos 10 anos de serviços prestados à Instituição; entrega de certificados de participação comunitária aos colaboradores do Mobral no Acre; visita de um grupo de alunos ao Governador, ao Secretário Estadual de Educação e ao Prefeito de Rio Branco; palestra da Coordenadora da Rádio Difusora Acreana, Maria Raimunda da Cunha Rocha; e, finalmente, jantar de confraternização entre os funcionários da Coordenação.

BAHIA

A Coordenação do Mobral na Bahia e a Prefeitura de Itamaraju promoveram a II Feira Intermunicipal de Cultura Popular, procurando estimular e divulgar a cultura da região, com a apresentação de grupos folclóricos e musicais e uma exposição de artesanato. O Prefeito de Itamaraju, Orlândino Lopes, louvou o Mobral pela iniciativa de promover eventos culturais, proporcionando às populações carentes lazer e desenvolvimento cultural. Ao mesmo tempo, a Coordenação daquele estado promoveu o II Festival de Folclore, sediado na cidade de Coração de Maria.

CEARÁ

A passagem dos 14 anos da Fundação Mobral foi comemorada com uma palestra da Coordenadora Lúcia Helena Grangeiro sobre o tema Os Caminhos da Educação Não-Formal. A solenidade contou com a presença de várias autoridades e ex-alunos do Mobral. Da programação comemorativa, constou, também, um show, realizado na Praça José de Alencar, em Fortaleza, com apresentação de bandas de música, repentistas, teatro de bonecos e grupos folclóricos que homenagearam o aniversário da Fundação. No Município de Várzea Alegre, foi comemorada, com o apoio da Coordenação, a Semana da Pátria, através de palestra da Supervisora de Área Neuma Leal, sobre as atividades educativas do Mobral naquela localidade.

GOIÁS

Com a participação da Coordenação local, da Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural — Emater —, da Secretaria Municipal de Educação e da Prefeitura, foi promovida a I Feira Comunitária dos Artesãos de Abadiânia. A Feira contou com apresentações folclóricas, teatrais e musicais, além de uma exposição do artesanato local, projeção de filmes e uma palestra de um técnico da Emater. Promovido pelo Posto do Mobral de Goianésia, foi realizado um concurso sobre meio ambiente, intitulado A Importância do Verde em Nossas Vidas. Saíram vencedores os alunos Ivo Batista de Castro, Washington Luiz A. de Lima e Maria Nunes de Moraes. O concurso contou com a colaboração da Prefeitura Municipal de Goianésia, através da Secretaria de Educação do Município, Maria do Carmo Langsdorff.

MARANHÃO

A Coordenação do Mobral no Maranhão comemorou o 14º aniversário da Fundação no Município de Amarante, a convite do Presidente da Federação das Unidades de Moradores do Estado, Raimundo Barata, do Prefeito Raimundo Carvalho e do Presidente da União de Mundo Novo, um dos maiores povoados da cidade. Durante as comemorações, alunos das classes de alfabetização, educação integrada e pré-escolar desfilaram juntamente com pessoas da comunidade para homenagear a Fundação Mobral. Na mesma data, foi inaugurada a sede da Associação dos Moradores do Mundo Novo, construída pela comunidade com o apoio do Mobral e da prefeitura, sendo realizada uma reunião com o Clube de Mães da Associação. Segundo informou a Coordenadora, Maria da Graça Oliveira, o Mobral está desenvolvendo no povoado do Mundo Novo um intenso trabalho comunitário, que já teve início com uma campanha para a aquisição de filtros, construção de fossas e criação de hortas, objetivando integrar a comunidade, a administração municipal e diversas entidades.

MINAS GERAIS/SUL

A Coordenação local promoveu vários encontros de Encargados de Supervisão Global — Engug —, em 12 pólos, contando com a participação direta da Coordenadora Adjunta e da Assessoria da Coordenação. O objetivo dos encontros foi reforçar as estruturas municipais, capacitando os encarregados de supervisão local. Vale também ressaltar o grande apoio dado pelas prefeituras e comunidades para a realização desses encontros.

PARAÍBA

A fim de ser comemorado o 14º aniversário do Mobral, foram realizados desfiles cívicos por alunos da Instituição em João Pessoa, Maranguape, Belém, Cajazeiras e outros municípios. Durante as comemorações, foram realizadas competições esportivas, palestras e outras festividades. O Coordenador Renault Vieira de Souza iniciou, no Município de Piancó, as festividades relacionadas com o 14º aniversário do Mobral, com uma palestra sobre as atividades da Fundação. A Mobraliteca esteve presente em todas as comemorações, que tiveram programação bastante diversificada. Em Juazeirinho, foi entregue o Título de Cidadania Juazeirense ao Coordenador Renault Vieira de Souza. Para as festividades da ocasião, foi elaborada vasta programação pela prefeitura municipal local.

PIAUI

A Coordenação do Mobral no Piauí encerrou a primeira etapa do Treinamento de Comissões Municipais para a elaboração do Planejamento de 1985, realizado em Teresina, abrangendo 13 municípios. O treinamento ofereceu informações básicas para o planejamento das ações da Coordenação do Piauí nas áreas de alfabetização, educação integrada, saúde, profissionalização e ações culturais. Para 1985, a Coordenação dividiu o estado em duas áreas: o primeiro grupo é formado por 18 células básicas, que concentram mais de 50% da população adulta a ser alfabetizada; o outro grupo se constitui dos demais municípios do estado. O objetivo da divisão é assegurar o atendimento específico às diferentes realidades municipais e a operacionalização dos referenciais básicos do Mobral no âmbito da educação de adultos.

PERNAMBUCO

Realizou-se, em Afogados da Ingazeira, a I Grande Festa Universitária, promovida pelo Grupo Ideal Jovem e pelo Mobral. Deste modo, voltam os promotores a mobilizar a sociedade em torno de mais um evento sociocultural. Da programação, constaram apresentações de grupos folclóricos, serestas, exposições de artesanato e tapeçaria, além de uma palestra no Cine Teatro São José. A festa contou com a presença do Bispo Diocesano, D. Francisco, e da Coordenadora Zulmira Carvalho.

PARANÁ

Segundo notícias chegadas da capital, são diversos os programas em curso, a começar pelo pré-escolar, que beneficia 59 crianças com 4 anos, 103 com 5 anos e 422 com 6 anos de idade, perfazendo um total de 584 alunos nessa faixa etária. Na zona rural, o programa engloba 9 salas de aula e, no perímetro urbano, 14. No Projeto de Educação Integrada, o Mobral conta com 358 alunos, e no de Alfabetização Funcional, com 110.

RONDÔNIA

A Coordenação preparou programação a fim de comemorar o 14º aniversário do Mobral. A festa, que durou sete dias, promoveu várias manifestações, como missa em ação de graças na Catedral, pronunciamentos de deputados e vereadores, comemorações de alunos do Mobral e entrevista da Coordenadora Natalina Ferreira da Cruz.

SERGIPE

A Comissão Municipal de Aracaju integrou-se às comemorações do Dia do Soldado no 28º Batalhão de Caçadores, com representação de 12 alunos. Dentre eles, o casal mais idoso colocou uma coroa de flores no busto de Duque de Caxias. O mesmo gesto foi repetido pelo Governador do Estado, João Alves Filho, que logo após a cerimônia cumprimentou todos os alunos do Mobral. Foi realizado, em Aracaju, o Encontro de Membros de Comissões Municipais das seguintes localidades: Sergipanas: São Cristóvão, Japoatã, Salgado, Tomar do Geru e Santa Luzia do Itanhê. O objetivo do Encontro foi discutir a prática educativa desenvolvida pelo Mobral e adequar, cada vez mais, suas ofertas à realidade e necessidade das populações desses municípios.

RIO GRANDE DO SUL

Os 14 anos da Fundação foram festejados no Município de São Lourenço do Sul, com a Semana do Mobral, comemorada de 3 a 8 de setembro, e da qual participaram autoridades locais, alunos e ex-alunos dos programas educacionais da Instituição. A programação da Semana do Mobral, que contou com a presença e o apoio do Prefeito de São Lourenço do Sul, Ruyd Hübner, constou de uma exposição de trabalhos de 237 alunos do Programa de Educação Pré-Escolar, feitos com sucata; e danças folclóricas e peça teatral, apresentadas por alunos do Projeto de Educação Integrada.

DISTRITO FEDERAL

A Coordenação do Mobral promoveu o I Festival de Música dos Alunos e Agentes do Projeto de Alfabetização Funcional, cujo objetivo foi preservar e divulgar a cultura popular e integrar os alunos de alfabetização na área musical e nas diversas comunidades das cidades satélites de Brasília.

O Mobral participou da III Conferência Brasileira de Educação, realizada de 12 a 15 de outubro na Universidade Federal Fluminense — UFF —, em Niterói/RJ, e que contou com a presença de 3 mil educadores brasileiros e estrangeiros que discutiram teses em 12 simpósios e 130 painéis.

A Chefe do Gabinete da Presidência do Mobral, Ana Maria Coutinho, participou do painel A Avaliação de Programas e Projetos em Educação de Adultos como Instrumento de Desenvolvimento Individual e Coletivo dos Beneficiários, apresentando um documento preparado com subsídios fornecidos pela Divisão de Avaliação, Método e Pesquisa, do Departamento Técnico-Educacional da Instituição. No painel tomaram parte, também, o Prof. Julio C. Inostroza, um chileno radicado no Canadá e membro do Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Quebec em Hull, e a Profa. Lygia Gomes Elliot, da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ.

A III Conferência Brasileira de Educação foi promovida pela Associação Nacional de Educação, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação e pelo Centro de Estudos Educação e Sociedade, com o apoio da UFF. Além de constar de exposições e debates por professores de todos os níveis, o encontro prestou homenagem ao Prof. Paschoal Leme, único signatário vivo do Manifesto dos Pioneiros por uma Educação Nova, em 1932, e contou com a presença do Senador João Calmon, que defendeu sua emenda constitucional que destina 13% da arrecadação de impostos da União e 25% das arrecadações estaduais para a educação.

O trabalho de Ana Maria Coutinho, sintetizado em documento lido e debatido em plenário, contemplou a Avaliação no Mobral, relatando a experiência da Instituição na tarefa de promover a educação de adultos dentro de uma metodologia especial e realizar adequada avaliação. Os dois outros aspectos teóricos da avaliação. Assim,

o Prof. Julio C. Inostroza, que coordenou o painel, falou sobre Tendências e Características da Avaliação de Programas e Projetos em Educação de Adultos, e a Profa. Lygia Elliot abordou A Avaliação de Programas: Tipos, Características e Aspectos Metodológicos.

Após explicar a estrutura administrativa e funcional da Fundação Mobral e historiar o tipo de planejamento participativo adotado, Ana Maria Coutinho mostrou que, "numa visão retrospectiva, a avaliação das ações do Mobral teve, sobretudo no período de 1970 a 1980, um papel secundário. Esta avaliação, além de realizada no interior dos programas, foi formalizada em espaços institucionais distintos, tomando o significado de controle, acompanhamento e avaliação propriamente dita". Disse ainda que a avaliação desse período pode ser vista como um reflexo da concepção oficial de um programa educativo de caráter de massa; o método era de ensaio e erro, considerado o mais adequado para subsidiar a tomada de decisões. Nos dois últimos anos, o enfoque mudou, e o órgão especializado em avaliação e pesquisa passou a enfatizar a avaliação das ações conferindo ao resultado dessas avaliações um papel determinante na melhoria da qualidade do desempenho.

O Prof. Julio C. Inostroza, que há algum tempo mantém contato com o Mobral, aproveitou a oportunidade de sua vinda ao Brasil e, após o término da Conferência, realizou estudos, durante duas semanas, juntamente com técnicos da Fundação, no Rio, para analisar a viabilidade de um projeto futuro. Esse projeto girará em torno do desenvolvimento da metodologia de ação comunitária em educação de adultos, tendo em vista os procedimentos teóricos e práticos de planejamento participativo do Mobral, e deverá ser elaborado simultaneamente pelo Mobral, UFF e UFRJ, com a intermediação da Universidade de Quebec em Hull para a obtenção de um financiamento da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional.

Deputado destaca ação do Mobral no Estado do Acre

Ao saudar o Dia Internacional da Alfabetização e o aniversário da Fundação Mobral, em discurso pronunciado na Câmara, o Deputado Federal Alcécio Dias, do Acre, destacou a atividade dos "milhares de anônimos professores" que se dedicam a alfabetizar e o desempenho da Coordenação do Mobral em seu estado.

E o seguinte o discurso do Deputado Alcécio Dias:

"A 8 de setembro comemoram-se duas datas de grande significado para todos quantos se interessam pelos problemas educacionais brasileiros: o Dia Internacional da Alfabetização e o aniversário de fundação do Mobral. Não poderíamos, a oportunidade, deixar de registrar o testemunho de nosso reconhecimento pelo trabalho desenvolvido em prol do ensino fundamental, atividade sacrificante a que se dedicam milhares de anônimos professores, assim como pelo desempenho do Mobral em seus 14 anos de existência.

A alfabetização, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não é apenas uma das necessidades básicas do ser humano, mas, também, uma exigência nacional, pois o maior problema educacional brasileiro está na passagem da primeira para a segunda série, em decorrência dos elevados índices de evasão e repetência. Não é sem razão, portanto, que o Ministério da Educação e Cultura elegeu como prioridade o ensino básico, tendo aprovado, em

1983, um programa de alfabetização infantil — o Projeto Vencer —, cujo objetivo fundamental é melhorar o desempenho das crianças nas duas primeiras séries do ensino regular de 1º grau, assegurando efetivamente a sua alfabetização.

Hoje, o Mobral encontra-se engajado na ampliação da educação pré-escolar, na melhoria do ensino de 1º e 2º graus, na difusão de noções de saúde, higiene e alimentação e em outras ações de grande alcance social. Sob a competente direção do Dr. Claudio Moreira, em 1982 e 1983 a Fundação Mobral recebeu prêmios conferidos pela Unesco, atestados inquestionáveis da eficácia de sua atuação.

Em nosso estado, o Acre, deve também ser destacado o excelente desempenho da Coordenação do Mobral, fruto da ação inteligente e dinâmica da Professora Maria Raimunda Cunha Rocha e sua abnegada equipe. Ao ensejo, pois, da passagem de mais um Dia Internacional da Alfabetização e do 14º aniversário do Mobral, renovamos nossas congratulações aos milhares de pessoas que ensinam as primeiras letras às crianças brasileiras, bem como parabenizamos os dirigentes, monitores e demais colaboradores da Fundação Mobral, que relevantes serviços têm prestado ao País, não só no campo educacional, como em outras ações comunitárias".

Município quer reforma...

Mobral: ação pioneira e irreversível

"O Mobral é um movimento pioneiro e irreversível, que se incorporou de tal forma na prática das comunidades brasileiras, que eu lhe desejo uma participação cada vez mais ampla". Esta declaração é do Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, durante a realização do XI Congresso Nacional de Municípios, de 2 a 5 de outubro, no Balneário Camboriú, em Santa Catarina.

Representando o Presidente Figueiredo na solenidade de abertura do Congresso, o Ministro da Justiça disse que o governo federal reconhece os problemas enfrentados pelos municípios e quer, em conjunto com eles, encontrar soluções compatíveis.

Em entrevista exclusiva ao *Ação Comum*, Ibrahim Abi-Ackel afirmou que o Mobral, graças à pertinência de seus idealizadores e dirigentes, continua a penetrar, cada vez mais, no território nacional, estando presente em 4.020 municípios brasileiros.

Conscientização das lideranças municipalistas

Promovido pela Confederação Nacional dos Municípios — CNM —, o XI Congresso despertou grande interesse da classe política — prefeitos, vereadores e deputados —, que debateu os problemas e as possíveis soluções para o desenvolvimento de suas cidades. Na opinião de Milton Sander, Presidente da CNM, existe uma forte conscientização das bases não só quanto ao seu poder de decisão e participação, mas também quanto à necessidade de mudanças no sistema tributário e político nacional.

O tema do encontro, amplamente debatido, tratou da reforma tributária e melhoria da arrecadação; do relacionamento entre os poderes executivo e legislativo; do programa fundiário no Brasil e os municípios; do IBGE e o censo nacional; do associativismo municipal e da participação da mulher na administração pública.

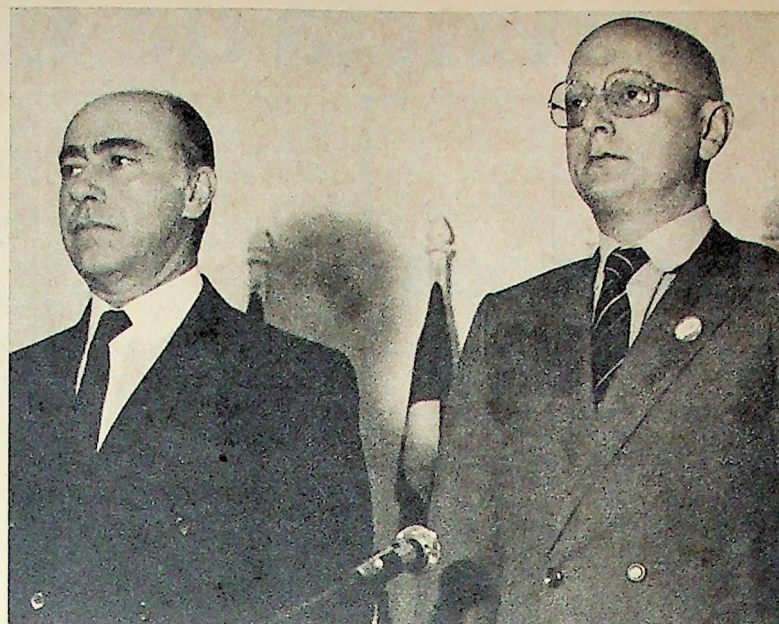
O Governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, Presidente de Honra do Congresso, saudou os participantes do encontro, que lá se reuniam "em prol da causa maior da descentralização do poder em nosso País". Citou o exemplo de Santa Catarina, um estado tipicamente construído através da livre iniciativa, participação comunitária e ação descentralizada.

Microempresa e Previdência

Em sua palestra no segundo dia do Congresso, o Secretário-Geral da Desburocratização, Geraldo Piquet Carneiro, defendeu a aprovação imediata do Estatuto da Microempresa. Piquet Carneiro declarou que a única maneira de se praticar uma política tributária saudável é a retomada do desenvolvimento econômico. "O Estatuto da Microempresa é um instrumento imprescindível para a viabilidade financeira dos municípios e estados", acrescentou.

O Ministro da Previdência e Assistência Social, Jarbas Passarinho, anunciou aos congressistas que os débitos das prefeituras com aquele Ministério serão anistados. A fórmula encontrada foi a de anistiar os juros e as multas das dívidas das administrações municipais, registradas até 31 de dezembro de 1983, que serão pagos em 48 meses, sendo o principal da dívida pago agora e a correção monetária reduzida em 25%.

Quanto à alfabetização, o Ministro Jarbas Passarinho considera que o maior problema enfrentado é o da regressão do nealfabetizado.



Ministro Abi-Ackel e Governador Esperidião Amin exaltaram ação do Mobral. Claudio Moreira disse que repasse de verbas de convênios é um exemplo a ser seguido para fortalecer bases municipais.

Mobral apóia município no repasse de recursos

O grande destaque dos debates do XI Congresso Nacional dos Municípios, realizado no Balneário Camboriú, em Santa Catarina, de 2 a 5 de outubro, foi o problema da reforma tributária. No plenário, o trabalho se voltou para a procura de uma solução que pudesse contribuir para a melhoria da arrecadação do município brasileiro.

O papel do Mobral ao repassar as verbas para as prefeituras, quando da assinatura de convênios, é uma antecipação que poderá servir de exemplo para futuras decisões da União.

A presença da Fundação Mobral no Congresso e a recepção que teve por parte dos organizadores, prefeitos e vereadores e outras autoridades presentes vieram confirmar, em primeiro lugar, a importância da atuação do Mobral repassando suas verbas para que a educação — pelo menos — tenha uma alternativa consistente e coerente — como é, dentro de seus princípios básicos, a educação não-formal. Em segundo lugar, pude sentir que a municipalidade já introjetou o Movimento Brasileiro de Alfabetização. A nossa Instituição, com suas ações, hoje praticamente planejadas em nível municipal — após a nossa bem-sucedida tentativa de descentralização —, já faz parte do cotidiano da municipalidade; já convive intimamente com o dia-a-dia comunitário em toda a sua essência.

Enquanto o problema da tributação não estiver plenamente resolvido, nós estaremos no município, nos antecipando e contribuindo com a nossa parcela de recursos, com as nossas ofertas educativas e com o nosso empenho para que o Poder Municipal — a força mais autônoma e, por isso, mais real e autêntica do País — possa, pelo menos na área da educação, se fortalecer cada vez mais.

Na abertura do Congresso, o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, declarou que o Mobral "é um movimento pioneiro e irreversível, que se incorporou de tal forma na prática das comunidades brasileiras, que eu lhe desejo uma participação cada vez mais ampla".

Essa declaração do Ministro foi reforçada por prefeitos, vereadores e outras autoridades que participaram do Congresso e mantiveram contato comigo e com minha equipe.

Torno a afirmar que o processo de desenvolvimento social e educacional necessita do fortalecimento das bases municipais. Congressos como esses, onde são levantados problemas específicos da área municipal por pessoas eminentes, técnicos de indubitável valor e políticos com conhecimento de causa, têm que ser freqüentemente promovidos, seja em nível nacional ou em pólos com patrocínios regionais.

Em relação ao Mobral, tive a satisfação de me dirigir a todos os municipalistas presentes a fim de, em nome da Fundação, levar-lhes uma palavra de agradecimento e incentivo, pois é através do poder que representam que o Mobral pode intermediar as ações no campo da educação não-formal. É o apoio constante e absoluto de todas as esferas municipais que nos dá condições essenciais de trabalho, franquias nas nossas atuações e legitimidade aos direitos que a lei nos outorgou.

Registramos, na ocasião, com entusiasmo, o Dia do Município, comemorado a 7 de outubro, porque nos sentimos parte integrante da comunidade municipal. É na base que vimos agindo, prestigiando suas lideranças, num trabalho cujo objetivo final é aprofundar cada vez mais nossas raízes na esfera municipal brasileira.

Na ocasião, deixamos clara a nossa homenagem aos vereadores, que compõem, com os chefes dos Executivos Municipais, um afinado dueto — prefeito e vereador —, que permite a nossa comunhão, cooperando com a gigantesca obra que é a democratização da educação para os brasileiros carentes. E na verdade, tenho dito sempre aos líderes — prefeitos, vereadores e educadores — em viagens pelo Brasil: quanto mais o município utilizar os serviços do Mobral, sua polivalência e sua experiência nos campos em que atua, mais o município estará perto da emancipação intelectual — um passo já bastante largo a caminho do fortalecimento de seu poder nato. Essa atitude municipal é um fermento necessário à educação, saúde e cultura do nosso povo, um elemento essencial ao pluralismo democrático e um motor indispensável para a mudança e o progresso social.

Claudio Moreira
Presidente da Fundação Mobral

Claudio Moreira ressalta força das prefeituras

O Presidente do Mobral, Claudio Moreira, ao falar no plenário para os congressistas, disse que o processo de desenvolvimento social e educacional precisa do fortalecimento das bases municipais. Ele salientou que, em todos os municípios brasileiros, a Instituição conta com a adesão e o entusiasmo dos prefeitos.

Claudio Moreira destacou, na ocasião, a importância de uma integração cada vez maior das prefeituras com as Comissões Municipais da Fundação.

O Presidente distribuiu mensagem a todos os prefeitos, reafirmando o compromisso da Fundação de dar apoio integral aos municípios.

Antes de concluir sua mensagem, homenageando o Poder Legislativo Municipal, frisou: "As Comissões Municipais do Mobral foi transferido o poder de decidir, de buscar intensa participação popular, principalmente na descoberta de novas soluções para antigos problemas, na tentativa de elevar o nível de vida das populações de baixa renda. O nosso planejamento participativo é condição primeira para o sucesso da nossa empreitada".

Senador frisa valorização da pessoa humana

O Senador Carlos Chiarelli, do Rio Grande do Sul, afirmou que o Mobral é um instrumento fundamental no processo de desenvolvimento do País, na sua visão global, e, sobretudo, o elemento mais adequado que criamos nos últimos tempos, unindo governo e comunidade, no sentido de assegurar a própria valorização da pessoa humana através do processo de promoção social.

"Eu acompanho o trabalho do Mobral desde antes de desempenhar qualquer função pública. Acompanhei esse trabalho mais de perto na qualidade de Secretário de Trabalho e Ação Social do Rio Grande do Sul, quando inúmeros convênios pudemos celebrar no campo de pré-qualificação e formação de mão-de-obra, visando a ocupação adequada do mercado de trabalho e especialização de pessoal". O Senador Carlos Chiarelli disse, ainda, que a Fundação é uma instituição extremamente pertinente e seu trabalho de grande validade.

...fiscal e administrativa

Santa Catarina contribui para tarefa cívica

Para o Governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, a atuação do Mobral destaca-se pelo grande esforço comunitário, que contribui para a realização de uma tarefa cívica. Ele considera que, no Estado de Santa Catarina, o entrosamento da administração estadual com a Fundação Mobral se desenvolve de forma muito integrada.

"O Mobral é uma instituição que tem muito a nos ensinar e a nos mostrar", concluiu Esperidião Amin, que está à frente de um estado com um dos menores índices de analfabetismo do País.

Ministro luta por município e ação educativa

Em entrevista ao *Ação Comum*, o Ministro do Tribunal de Contas da União, o gaúcho Alberto Hoffman, patrono do XI Congresso Nacional de Municípios, falou sobre a importância do municipalismo, a luta pela educação no País e o papel ocupado pelo Mobral em prol do desenvolvimento das populações carentes.

AC — O Rio Grande do Sul é um dos estados mais eficazes no combate ao analfabetismo. Na sua opinião, Ministro, isso se deveu ao trabalho do Mobral ou às próprias condições históricas e geográficas?

MINISTRO — No Rio Grande do Sul, antes da criação da escola pública, já havia a escola particular, pois as duas maiores igrejas, a católica e a evangélica, sempre tiveram as suas escolas paroquiais ou comunitárias. Isso ajudou muito a reduzir o número de analfabetos. Posteriormente, também o setor público fez um esforço muito grande e teve uma contribuição admirável do Mobral, que chegou praticamente a erradicar o analfabetismo no estado.

AC — Que valor o Sr. atribui ao sistema do Mobral de articulação com os municípios, para atuação nas bases?

MINISTRO — Considero-o fundamental. Em nível da comunidade, não se consegue nada, a não ser pela conjugação de esforços. Por isso acreditamos no municipalismo; não no municipalismo "me dá um dinheirinho aí", mas naquele em que, além do recurso financeiro, há uma boa aplicação dos recursos no setor educacional. Este ponto, o Fundo de Participação dos Municípios, de acordo com a população, foi muito discutido no Congresso Nacional de Municípios.

Sonho com o dia em que o Brasil alcançará aquela situação ideal dos países mais desenvolvidos, que sabem, a cada minuto, a população de sua cidade, de seu estado, porque o registro é completo; porque o registro civil é informado sobre qualquer pessoa que se mude, nasça ou faleça. Isto é de suma importância para um administrador — prefeito, governador, presidente da república.

Mas, em relação ao Mobral, acho que um capítulo importantíssimo da História do Brasil nos nossos tempos é seu esforço para tirar parte da população da noite do analfabetismo.

AC — O Mobral está avançando muito no sentido da descentralização de suas ações. Como o Sr. vê a descentralização até o nível municipal?

MINISTRO — Acho que os municípios estão, indubitavelmente, progredindo nessa direção. Há regiões em que a colaboração é imediata, em outras é



O Ministro Jarbas Passarinho disse que serão anistiados os débitos das prefeituras.

impossível se fazer uma associação. São coisas que não são criadas de cima para baixo. Onde há receptividade, tudo funciona mais rápido. Com poucos recursos se consegue muita coisa, quando há boa vontade e entrosamento. Essa motivação que o Mobral está dando é fundamental.

AC — Ministro, uma mensagem final para os leitores do Ação Comum.

MINISTRO — Ação Comum são palavras muito bonitas e devem ser usadas em todos os empreendimentos humanos. O Brasil precisa de ação comum e não daquela em que cada um quer cuidar só de si. Aqueles que, através do grande Movimento Brasileiro de Alfabetização, estão dando apoio aos diferentes núcleos do Brasil, estão dando um belíssimo exemplo, que deveria ser seguido em todos os níveis da organização pública e particular, para que o País possa dar passos mais firmes no nosso tempo e em direção ao futuro.

Congresso apóia reivindicações dos prefeitos

Ao final do XI Congresso Nacional de Municípios, foi aprovada e divulgada a Carta Municipalista do Balneário Camboriú, que servirá de instrumento para a Confederação Nacional dos Municípios levar ao governo federal e à classe política as principais reivindicações dos prefeitos brasileiros.

Divulgamos, a seguir, o texto da Carta Municipalista do Balneário Camboriú:

"Os municipalistas do Brasil, reunidos em Balneário Camboriú, Santa Catarina, durante a realização do XI Congresso Nacional de Municípios, trazem à Nação e às autoridades responsáveis as suas preocupações com a situação dos municípios brasileiros, razão pela qual tomaram as seguintes deliberações:

1. Que a aflitiva situação em que vivem os municípios do Brasil requer uma urgente e inadiável reforma tributária, onde se definam maiores recursos financeiros e competências administrativas;
2. Que esta reforma ocorra ainda neste ano e passe a vigorar já no próximo exercício de 1985;
3. Que esperam os municipalistas do futuro Presidente da República o cumprimento das promessas feitas neste XI Congresso Nacional de Municípios, razão por que depositam um voto de confiança em Paulo Maluf e Tancredo Neves;
4. Que o principal temário do XII Congresso, a ser realizado em 1985, já tem um tema principal — a cobrança do

futuro dirigente do País dos seus compromissos aqui assumidos com os municípios;

5. Que o Estatuto da Microempresa tenha o apoio integral dos municípios, desde que haja compensações tributárias e financeiras para as perdas imediatas que as receitas municipais sofrem;

6. Que é indispensável um harmônico e despendido trabalho entre o Executivo e o Legislativo;

7. Que o Incra agilite o pagamento das retenções de 20 por cento que nos últimos 5 anos reteve na cobrança do ITR e cuja quantia devida seria suficiente para que os municípios quitassem seus débitos para com a Previdência;

8. Que o censo nacional para efeito da fixação dos índices do Fundo de Participação dos Municípios — FPM — seja reavaliado a cada dois anos;

9. Que os municipalistas aplaudam a atitude do Ministro Jarbas Passarinho que, de forma corajosa, decidiu atender as propostas dos municípios para uma composição do problema dos débitos com a Previdência, pondo fim a uma situação que se arrastava há mais de 15 anos;

10. Que o associativismo é a melhor forma de fortalecer a luta municipalista e que tem na sua liderança a Confederação Nacional dos Municípios;

11. Que devem ser implantadas com todo o vigor, já a partir de 1985, as patrulhas rodoviárias e agrícolas;

12. Que os equipamentos adquiridos pelas prefeituras devem ser isentos de impostos federais e estaduais;

13. Que o próximo governo da União deve implantar o banco e o ministério dos municípios;

14. Que a mulher tem um importante e já assegurado papel na administração pública e deve por isso ser prestigiada e apoiada;

15. Que os municípios desejam eleições diretas em todos os níveis e em todas as cidades brasileiras;

16. Que os municípios estarão vigilantes e em assembléia permanente até que se atendam as reivindicações estabelecidas nesta carta;

17. Que, pelo compromisso assumido junto a este evento pelos candidatos Paulo Maluf e Tancredo Neves, com apoio dos seus seguidores no Congresso Nacional, se fará mobilização de lideranças para a aprovação de emenda constitucional de uma reforma tributária de profundidade a ser cumprida pelo próximo governo;

18. Que o elevado grau de amadurecimento político demonstrado nos debates neste XI Congresso Nacional de Municípios é a prova mais eloqüente de que os municípios estão reunidos em uma só causa, que é o seu fortalecimento.

Município Forte, Nação Forte. Balneário Camboriú, 5 de outubro de 1984. Milton Sander, Presidente da Confederação Nacional de Municípios".

Mobilização da comunidade em Porto União

No extremo norte de Santa Catarina, Porto União tem sua atividade econômica basicamente voltada para a extração da madeira e agricultura.

Segundo informou o Prefeito Alexandre Passos, presente ao Congresso, o índice de analfabetismo no município é muito baixo, uma vez que a prefeitura e o Mobral vêm realizando um trabalho eficiente e intensivo. Em cada uma das 36 unidades escolares está funcionando uma classe do Mobral. Além do atendimento educacional, o Mobral em Porto União começará uma ação na área de saúde.

Na área da qualificação profissional, a prefeitura está alugando um local para funcionar como ponto de comercialização do artesanato produzido pela Associação dos Artesãos do Vale do Iguaçu. O material é variado: cerâmica, talhas, rendas e toalhas. Outro projeto é a fabricação e venda de bolachas.

A zona rural, onde vive um terço da população, não foi esquecida. O prefeito está introduzindo a suinocultura e a piscicultura, o que levará recursos para o campo e, conseqüentemente, para a cidade.

Ex-Presidente da Comissão Municipal do Mobral em Porto União, o Prefeito Alexandre Passos fala sobre a atuação conjunta da Fundação e sua administração:

"O Mobral é uma fonte muito grande de recursos humanos. Tudo o que quisermos fazer dentro do município sabemos que podemos contar com a Fundação. Acredito que o Mobral esteja sendo mal utilizado por algumas prefeituras, pois ele é a arma que quem não tem recursos deve usar. O Mobral é o recurso da imaginação, do empenho, que faz com que as pessoas se aproximem mais umas das outras. Com mais recursos financeiros, a Instituição irá produzir resultados fabulosos, no campo educacional e também no social", finalizou o prefeito.

Deputado vê integração com lideranças

Ao falar para a reportagem do *Ação Comum*, durante o XI Congresso Nacional de Municípios, Geovah Amarante, Deputado Estadual em Santa Catarina, disse que o papel maior desempenhado pelo Mobral é facilitar a integração com as comunidades.

"Vejo o Mobral de uma forma global, não só voltado para a educação. Tenho, como deputado, acompanhado o trabalho feito junto às comunidades mais carentes do estado. O Mobral realmente procura uma integração efetiva com a comunidade, incentivando as lideranças locais e transferindo recursos para o município".

O deputado louvou também a iniciativa privada que, através da indicação, para o Mobral, dos 2% do Imposto de Renda Devido — Pessoa Jurídica, contribui para uma melhor redistribuição de recursos, canalizando-os para os municípios.

"O Mobral tem uma função de suma importância e responsabilidade, que é a de apoiar e qualificar o homem do campo, fixando-o na atividade agrícola e evitando que a mão-de-obra campesina migre para os grandes centros", concluiu.

Mobral promove educação comunitária em Carajás

A Comissão Municipal do Mobral de Marabá, no Pará, está implantando várias classes do Programa de Educação Pré-Escolar e dos Projetos de Alfabetização Funcional e Educação Integrada, além de promover ações na área da cultura e assistência técnica para a formação de grupos comunitários na localidade de Eldorado, vizinha à Serra dos Carajás.

O Prefeito de Marabá, Paulo Bosco Jadão, buscando, cada vez mais, a descentralização, instalou seu governo itinerante em Eldorado e está atuando, apoiado pelo Mobral e pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins — Getat —, junto às comunidades carentes daquela localidade.

O estabelecimento desse plano de ação é decorrente das pesquisas realizadas pelas equipes técnicas do Mobral sobre a necessidade local de atendimento nas áreas de educação não-formal para adolescentes e adultos e de educação pré-escolar, na faixa de 4 a 6 anos.

Pelo acordo firmado entre Prefeitura e Mobral, caberá à Fundação a responsabilidade da gratificação aos monitores, fornecimento de material didático para todos os participantes dos programas/projetos/atividades e assistência técnica sistemática; a prefeitura ficará responsável pela escolha e ma-

nutenção dos locais onde serão implantadas as classes do Mobral; e a comunidade será responsável pela indicação dos recursos humanos treinados para a assistência dos alunos.

Na cerimônia de instalação oficial do governo itinerante, o Prefeito Paulo Jadão, acompanhado de todo o seu secretariado e do Coordenador do Mobral no Pará, Edilson dos Santos, falou da importância do momento e dos benefícios que o diálogo entre o Mobral e a Prefeitura pode trazer para toda a comunidade.

Em audiência pública, o prefeito prometeu solução para todos os problemas que estiverem sob sua responsabilidade e o encaminhamento aos órgãos competentes de outros que, porventura, surgirem. A comunidade, além da solução para o problema educacional, reivindicou atuação da prefeitura nas questões de higiene, saúde, feiras livres e alimentação.

Paralelamente a esse contato entre prefeitura e comunidade, a equipe de médicos e dentistas do Getat, em duas unidades móveis, promoveu a distribuição de medicamentos da Central de Medicamentos — Ceme —, com assistência de equipes técnicas do Mobral, e proferiu palestra para a população sobre a importância da organização comunitária no processo de desenvolvimento social.

Nova legislação ajuda operários que estudam

Os trabalhadores que, comprovadamente, estejam frequentando cursos regulares de alfabetização, ministrados pelo Mobral ou por qualquer outra entidade, não poderão ser convocados para serviço além do limite legal de sua jornada de trabalho, de acordo com o projeto do Deputado Léo Simões, do Rio de Janeiro, que está tramitando nas comissões técnicas do Congresso Nacional.

O parlamentar esclarece que a sua proposição é um acréscimo ao art. 61 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT —, que assim receberá mais dois parágrafos. O projeto estabelece, inclusive, multa equivalente a 30 Valores de Referência ao empregador que dificultar o acesso do empregado aos cursos de alfabetização, além de obrigá-lo a pagar todas as despesas devida em caso de demissão sem justa causa.

Melhor status

Para o Deputado Léo Simões, o Movimento Brasileiro de Alfabetização é, seguramente, a grande criação administrativa dos últimos tempos, destinada a propiciar alfabetização rápida e eficiente a inúmeras camadas da população brasileira, particularmente a adultos — tarefa que vem sendo desenvolvida a contento, apesar das alterações sofridas em seus objetivos iniciais.

Léo Simões explicou que seu projeto de lei, de número 3.571, procura garantir a todo cidadão o direito de, pela educação, melhorar seu status, sem que haja a preocupação de ser impedido pelo empregador de frequentar normalmente os cursos, com a exi-

gência de permanência no trabalho em horário que exceda à sua jornada normal.

“Esse foi o modo prático que encontrei para facilitar o estudo e a alfabetização de cidadãos que trabalham e merecem progredir”, disse o Deputado Léo Simões, salientando que o seu projeto não é um privilégio apenas dos alunos do Mobral, mas de todos que possam comprovar matrícula em cursos regulares de alfabetização.

Acréscimo

Conforme a proposição apresentada, serão incluídos no art. 61 da CLT os seguintes itens:

— “o trabalhador que, comprovadamente, estiver frequentando curso regular de alfabetização será dispensado de permanecer no serviço além do limite legal ou conveniado da respectiva jornada” (parágrafo quarto); e

— “o empregador que opuser resistência ou, por qualquer modo, dificultar a frequência do empregado a curso regular de alfabetização sujeitar-se-á às consequências pecuniárias da despedida injusta e será multado em quantia equivalente a 30 Valores de Referência” (parágrafo quinto).

O Deputado Léo Simões salienta que a medida se justifica por haver empregadores que, preocupados egoisticamente com suas empresas, não aceitam que o trabalhador possa almejar melhor posição, através dos estudos e, por isso, buscam obstaculizar-lhes os passos, dificultando sua frequência aos cursos, particularmente aos ministrados pelo Mobral.

COLUNA JURÍDICA

Natureza jurídica da Fundação Mobral

1. As Fundações instituídas pelo Poder Público, destinadas a realizar atividades de interesse público, sob controle ministerial, podem ser de direito público — forma especial de ente autárquico — ou direito privado, dependendo das características institucionais.

2. A natureza jurídica do Mobral está manifestada na vontade do legislador, como se vê no art. 6º da Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967:

“Art. 6º — O Mobral gozará de autonomia administrativa e financeira e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual serão apresentados seu estatuto e o decreto do Poder Executivo que o aprovar”.

2.1. As condições, aí estatuídas, para a aquisição de personalidade jurídica, foram devidamente reiteradas no art. 17 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 62.484, de 29 de março de 1968.

2.2. Nestas condições, dada a forma de sua constituição, determinadamente submetida aos trâmites da legislação civil, o Mobral emergiu no mundo jurídico com personalidade privada. Esse entendimento foi ratificado através do Parecer L-102, de 26 de março de 1976, da Consultoria Geral da República, que entendeu ser o Mobral fundação oficial de direito privado.

3. A inclinação da Administração Pública em instituir fundações de direito privado se cristalizou a partir da vigência do Decreto-Lei nº 900/69, que em seu art. 2º dispõe:

Art. 2º — Não serão instituídas pelo Poder Público novas fundações que não satisfaçam cumulativamente os seguintes requisitos e condições:

b) participação de recursos privados no patrimônio e nos dispêndios decorrentes da fundação, equivalente a, no mínimo, um terço do total;

d) demais requisitos estabelecidos na legislação pertinente às fun-

ções (arts. 24 e seguintes do Código Civil)”.
4. Não obstante o caráter privado, as fundações se submetem, também, às normas de Direito Público. Assim é que o controle ministerial é exercido por força dos arts. 19 e 26 do Decreto-Lei nº 200/67 (Reforma Administrativa), nos termos do art. 3º do Decreto-Lei nº 900/69.

5. Além do controle ministerial, a intervenção governamental, nas fundações, se faz presente através de normas legais que se dirigem à Administração Pública em geral, como por exemplo:

I. Decreto-Lei nº 1.798, de 24 de julho de 1980, que estabelece limite de remuneração mensal para os servidores da Administração Federal, bem como das fundações mantidas, total ou parcialmente, pela União;

II. Decreto nº 84.128, de 29 de outubro de 1979, que dispõe sobre o controle de recursos e dispêndios de empresas estatais (consideram-se empresas estatais: fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público — art. 2º) e dá outras providências, como a de criar (art. 3º) a Secretaria de Controle de Empresas Estatais — Sest —, à qual compete (art. 4º - VII) propor critérios, a serem aprovados pelo Presidente da República, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico — CDE —, para a fixação ou reajustamento da remuneração dos dirigentes de empresas estatais;

III. Decreto nº 84.817, de 18 de junho de 1980, que dispõe sobre a realização de despesa de pessoal em órgãos e entidades da Administração Federal, bem como nas fundações instituídas ou mantidas pela União.

E de se concluir, portanto, que o Mobral, apesar de ser uma entidade de direito privado, é considerado instituição oficial e, como tal, está sujeito, também, às normas de direito público.

Armando Pereira de Miranda — Procuradoria Jurídica da Fundação Mobral

Acordo para alfabetizar comunidades pesqueiras



Sudepe e Mobral assinam convênio para promover alfabetização dos pescadores no País.

Um termo de ajuste, que visa a desenvolver ações educativas junto às comunidades pesqueiras, foi assinado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca — Sudepe — e o Mobral, durante a solenidade de lançamento do Programa Nacional de Defesa dos Recursos Pesqueiros, no auditório da Sudepe, em Brasília.

Este contrato visa a diminuir a carência imposta ao segmento da população menos favorecida, como é o caso dos pescadores, “aproximando os espaços, buscando alargar os horizontes para que nosso atendimento seja realista, extrapolando o tradicional conceito de ensino-aprendizagem numa sala de aula”, disse Claudio Moreira.

Na ocasião, o Presidente do Mobral afirmou que, “especificamente na área das comunidades pesqueiras, já temos algumas realizações, em ação conjunta desenvolvida desde 1979 com a própria Sudepe”. Ele garantiu que o propósito do Mobral é colaborar para a melhoria da qualidade de vida de sua clientela.

O primeiro acordo em caráter nacional entre os dois órgãos foi assinado em 18 de junho de 1979 e renovado até 18 de junho de 1981. Durante este período, foram desenvolvidos dois projetos: um em que o Mobral treinou os extensionistas da Sudepe, agrupados nas cidades de Manaus, Recife, Vitória e Florianópolis, e outro que possibilitou a realização de diagnósticos sociais junto às comunidades pesqueiras de

Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe.

Mesmo sem a renovação do documento, todas as Coordenações do Mobral continuaram a desenvolver atividades dos Projetos de Alfabetização Funcional e de Educação Integrada, e do Programa de Educação Pré-Escolar junto aos pescadores.

O lançamento da Campanha de Conservação dos Recursos Pesqueiros e Incentivo à Fiscalização da Pesca foi realizado em solenidade aberta pelo Superintendente da Sudepe, José Ubirajara Timm. Na ocasião, foi premiado Flávio Servinho Arantes Moreira, vencedor do concurso de slogan da campanha.

Foi, então, assinado o convênio entre o Mobral e a Sudepe, objetivando promover a alfabetização e o desenvolvimento comunitário de pescadores em todo o País, o que, para Claudio Moreira, torna tudo mais fácil, já que “temos conhecimento daquilo que as comunidades pesqueiras necessitam, temos o respaldo da Sudepe e temos o próprio Ministro da Agricultura como avalista da ação a ser desenvolvida, dentro de uma campanha ainda maior”.

A solenidade, que contou com a presença da Ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, e da Secretária de Ensino de 1º e 2º Graus, Anna Bernardes, foi encerrada pelo Ministro da Agricultura, Nestor Jost.

Comunhão de esforços na luta pela alfabetização

"A alternativa que se coloca para nós, que somos provenientes de diferentes instituições, é a de séria e tenazmente congregar esforços na luta pela formação dos recursos humanos que atuam seja com crianças, seja com adultos, contribuindo todos no propósito de preservar a qualidade do trabalho realizado em cada classe de alfabetização, em cada sala de aula, com cada grupo de alunos".

Esta foi a conclusão do documento apresentado em nome do Mobral, pela Chefe do Departamento Técnico-Educacional — Deted —, Maria Terezinha Éboli Botelho Benjamin, ao I Seminário sobre Alfabetização realizado nos dias 13, 14 e 15 de setembro em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul. O Seminário foi promovido pelo Centro de Educação Permanente da Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo e pelo Departamento de Assuntos Universitários da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul e reuniu especialistas nacionais e estrangeiros.

A Chefe do Deted iniciou sua intervenção no Seminário apontando os aspectos mais relevantes que caracterizam a atuação do Mobral; a seguir, abordou questões de cunho teórico referentes à alfabetização de crianças e adultos das camadas populares. Disse que a participação cada vez mais expressiva do adulto "no processo político de uma sociedade contribui para expandir sua consciência, lhe ensinando por que e como — ainda que analfabeto — deve caber a ele uma participação mais efetiva no todo social". Por isto, para Terezinha Éboli, "o educador de adultos deve considerar que os indivíduos com os quais interage são, antes de tudo, membros atuantes da sociedade".

Frisou a representante do Mobral que "a discussão freqüente nos meios educacionais, que opõe à educação de adultos a escolarização infantil — como mais barata e de maior rendimento futuro —, não nos parece válida. Até porque o problema da educação infantil deve ser visto como também dependente da consciência dos pais: não se

pode fazer uma correta escolarização da infância em um meio no qual os adultos, os chefes de família, não compreendem sua importância".

A seguir, Terezinha Éboli mostrou a importância não só de a educação de adultos figurar nas estratégias de desenvolvimento socioeconômico do Terceiro Mundo, mas também de o atendimento prioritário à população de baixa renda realmente se concretizar.

A conferencista considera a seletividade do sistema formal a principal responsável pelo agravamento das desigualdades sociais já existentes. Por isto, prega a mútua complementação do ensino formal e não-formal. "É apoiada na funcionalidade como princípio metodológico básico, que a educação não-formal favorece a criação de mecanismos para uma maior aproximação com a população", o que proporcionaria condições mais livres e criativas na elaboração de propostas educativas. "O Mobral, como agência não-formal de educação, pode, neste sentido, cobrir necessidades educativas que extrapolam o simples caráter de reposição de escolaridade".

A Chefe do Deted falou sobre o problema do analfabetismo dentro do contexto social e relatou minuciosamente o que o Mobral vem realizando nessa área. Definiu os dois significados do conceito de alfabetização: o de instrumentalização do indivíduo com a aquisição dos códigos de leitura e escrita, e o de inter-relação entre o contexto de vida do aluno e o processo vivenciado pela alfabetização, que deveria resultar em participação e tomada de consciência. Ciente da controvérsia instaurada a propósito dos dois significados, ela propõe como opção "ouvirmos quais são as aspirações dos diferentes segmentos da população". Lembrou, ainda, outra dicotomia, nascida da dúvida sobre a utilização de métodos consagrados secularmente — onde o alfabetizador transmite saber indiscutível —, ou de métodos inovadores — onde o aluno seria não o produto mas simples agente do processo, e o alfabetizador um facilitador da aprendizagem.

Funarte oferece prêmios para músicas de bandas



O Maestro Joaquim Naegle, 84 anos, oito músicas selecionadas para o Repertório de Ouro das Bandas de Música do Brasil, recebe o prêmio do Diretor do Instituto Nacional de Música, Maestro Edino Krieger. Ao fundo, representando a Presidência e a Secretaria Executiva do Mobral, o Chefe do Departamento de Operações — Deope —, Wilson Courty.

Começaram a ser entregues, dia 4 de setembro, na sede da Fundação Nacional de Arte — Funarte —, no Rio de Janeiro, os primeiros troféus, prêmios em dinheiro e instrumentos musicais aos autores e bandas que participaram do I Inventário Nacional de Música para Bandas, organizado pelo Instituto Nacional de Música — INM —, da Funarte, com a participação do Mobral.

As primeiras oito músicas, das 80 premiadas, vão iniciar a coleção Repertório de Ouro das Bandas de Música do Brasil, a ser editada pelo INM. Estas oito músicas, e as bandas responsáveis por sua indicação, são do Estado do Rio de Janeiro, e seus autores são os maestros Francisco Braga, Dulcelando Pereira, Manoel Rodrigues da Silva e Joaquim Naegle.

Além dos autores, maestros e representantes de agremiações musicais do estado, compareceram à solenidade o Chefe do Departamento de Operações — Deope — do Mobral, Wilson Courty, representando o Presidente Claudio Moreira; o Diretor do INM, Edino Krieger; o Coordenador do Projeto de Bandas do INM, Celso Woltzentegel; o Diretor do Departamento de Cultura do Estado, Italo Campofiorito; a Coordenadora do Mobral no Rio de Janeiro/Sul, Regina Lúcia Müzell Faria; e a Coordenadora-Adjunta do Rio de Janeiro/Norte, Cremlinda do Amaral. Na oportunidade, o Maestro Edino Krieger salientou "a colaboração inestimável do Mobral, através do apoio entusiástico com que nos permitiu resgatar a memória musical das bandas brasileiras".

As composições que receberam prêmios na cerimônia são Barão do Rio Branco — dobrado de Francisco Braga, executado pela Banda do Colégio Salesiano Santa Rosa, Niterói; Ciranda nº 1 — dobrado de Dulcelando Pereira, Banda Sinfônica do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro; Dengoso — choro de Manoel Rodrigues da Silva, Banda Lira Porciunculense, de Porciúncula; e quatro composições de Joaquim Naegle, a saber: Estrela de Friburgo — polca de concerto, Banda Dragões Iguaçuanos, de Nova Iguaçu; Mão de Luva — dobrado, Banda Lusitânia; Professor Celso Woltzentegel — dobrado, Banda do Corpo de Bombeiros; e Ouro Negro — dobrado, Grêmio Musical 1º de Maio, de Três Rios.

A sugestão de premiar 80 músicas foi apresentada, pela Comissão Julgadora do Inventário, na reunião final realizada na Funarte com a presença do Secretário de Cultura do Ministério da Educação e Cultura, Marcos Vinícius Vilaça, e da Diretora Executiva da Funarte, Maria Edméa Saldanha de Arruda Falcão. Eles aprovaram a indicação do júri, que se baseou na cons-

tatação da existência de elevado número de composições de grande interesse musical entre as 1.500 músicas participantes do concurso, inscritas por 250 bandas. Vale observar que havia composições de todos os estados e territórios brasileiros — à exceção de Alagoas.

Os autores, por cada música classificada, receberão, cada qual, um prêmio de Cr\$ 100 mil em dinheiro, um troféu e instrumentos musicais. Seus nomes irão figurar nas partituras que serão, de agora por diante, editadas para distribuição às bandas de música do País e do exterior. O trabalho de avaliação e seleção das músicas inscritas teve a colaboração dos seguintes compositores, maestros e instrumentistas: Bruno Kiefer, do Rio Grande do Sul; Osvaldo Lacerda, de São Paulo; Lindemberg Cardoso, da Bahia; Clovis Pereira, de Pernambuco; Dolarino Pereira, de Minas Gerais; Altamiro Carilho e Guerra Peixe, do Rio de Janeiro; Nestor de Holanda Cavalcanti, Coordenador do Projeto Memória Musical Brasileira; e Edino Krieger, Diretor do INM.

Resgate

Para a Comissão, foi muito significativo o resultado desse primeiro levantamento da memória musical das bandas de música brasileiras. As bandas participantes realizaram uma pesquisa cuidadosa dos arquivos musicais de cada região e, com este trabalho, muitas composições valiosas do passado vão agora se incorporar ao repertório das bandas, deixando de ser um patrimônio esquecido e circunscrito a uma região para se integrarem ao patrimônio vivo da cultura musical do Brasil.

Ao lado de composições conhecidas e consagradas, mas que circulavam somente em precários manuscritos — como os dobrados Capitão Caçula e 220 (o célebre Avante, Camaradas), do baiano Antonio do Espírito Santo; Saudade de Minha Terra, do paraense Isidro de Castro; ou Barão do Rio Branco, de Francisco Braga —, o inventário possibilitou não só a recuperação de preciosidades esquecidas como os dobrados, polcas, marchas e valsas do Padre Chromácio Leão, notável compositor pernambucano do início do século, mas também a revelação de dezenas de dobrados, frevos, maxixes, cirandas e outras composições de grande beleza melódica.

A Comissão registrou também a falta de interesse de muitos mestres de banda que só inscreveram músicas de sua autoria, esquecendo o patrimônio comunitário, e lamentou que composições importantes de autores como Anacleto Medeiros, Pinto Jr. e outros deixaram de ser incluídas pelas bandas da respectiva região.

EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE

A importância da boa alimentação

Alimentação é a utilização e assimilação, pelos seres vivos, de substâncias que lhes fornecem energia e que atendem às necessidades estruturais e funcionais de seu organismo. Os alimentos usados pelo homem podem ser classificados em dois grandes grupos: orgânicos, abrangendo plantas e animais os mais diversos; e minerais, representados pela água, que constitui 60% do peso do corpo humano, e pelos sais (de sódio, potássio, magnésio, ferro, fósforo e cálcio), entre os quais se destaca o cloreto de sódio. Quanto mais simples o ser vivo, menor o número de substâncias necessário à sua alimentação, limitada, muitas vezes, a alguma forma de carbono e de nitrogênio. Entretanto, os animais superiores e o homem, para sobreviverem, têm necessidade de utilizar uma série de compostos orgânicos, que atendam às necessidades variadas de células que constituem tecidos complicados e que forneçam a energia a ser gasta pela atividade muscular. Os alimentos orgânicos fornecem: proteínas, que são substâncias plásticas formadoras, isto é, que servem de base ao arcabouço estrutural de todas as células; hidratos de carbono e gorduras, que são substâncias energéticas; e vitaminas, que são compostos orgânicos protetores ou reguladores, essenciais ao equilíbrio vital, pois influem sobre o crescimento do

organismo, presidem a fixação de sais minerais nos tecidos, são indispensáveis nos processos de ossificação e cicatrização, além de intervir sobre a resistência do organismo às infecções e sobre a fisiologia dos sistemas circulatório, nervoso e digestivo.

O valor da boa alimentação não está na quantidade de alimentos consumidos, mas na dosagem equilibrada de proteínas, hidratos de carbono, gorduras, vitaminas, sais minerais e água que estes fornecem ao organismo. Evidentemente, o problema da alimentação está em estreita dependência da situação econômica do indivíduo. Mas um exemplo cuidadoso das quantias gastas em alimentos mostrará que, muitas vezes, o que tem menos valor nutritivo consome verbas que proporcionariam uma alimentação mais sadia e racional, capaz de fornecer ao organismo condições para melhor saúde e desenvolvimento mais perfeito.

Atualmente, a multidão de famintos e subnutridos por falta de recursos soma mais de 2/3 da população do globo terrestre. Este problema é um desafio ao avanço científico e tecnológico de nossos tempos, e a humanidade deverá resolvê-lo, no dia em que se der conta de que o grande valor a preservar é o homem.

Prefeito acha que Mobral catalisa ação comunitária

O Prefeito de Envira, no Estado do Amazonas, Luiz Castro Andrade Neto, declarou em entrevista ao *Ação Comum* que sua grande preocupação é romper o sentido paternalista de governo e partir para uma administração onde a comunidade é que tomará as decisões. Nesse ponto, ele cita o Mobral como um órgão que, além de atuar, sem manipulação na área comunitária, é o catalisador das ações de outras entidades, o que resulta em um trabalho harmonioso voltado para os interesses e as necessidades da população.

"O Mobral pode ser um órgão catalisador das ações educativas e sociais, desde que inserido em um planejamento integrado com a nossa administração", disse o Prefeito de Envira, no Amazonas. "Esta coordenação será bastante útil para o município, pois atuaremos organizados, não criaremos ações paralelas e estaremos dando um passo positivo para o trabalho eminentemente comunitário", afirmou Luiz Castro Andrade Neto.

A Fundação Mobral tem se desenvolvido, no município, de maneira muito eficiente e positiva, atuando na alfabetização de adolescentes e adultos, cursos semiprofissionalizantes, feiras culturais e outras atividades comunitárias. Segundo o Prefeito de Envira, essa maneira de ser da instituição foge ao círculo das ações paternalistas e centralizantes.

O prefeito defende a descentralização de poderes e diz que o Presidente da Comissão Municipal do Mobral deve ser uma pessoa de confiança do executivo municipal, o que facilitará bastante as ações e a produtividade, já que muitas atribuições nas mãos de uma só pessoa traz um efeito contrário ao desejado. "É importante uma permanente sintonia entre a Comunidade e a Prefeitura, pois a educação é a prioridade da administração de Envira. Ouvir as reivindicações da Comunidade, colaborando em tudo o que for possível, tornará a educação não-formal mais abrangente, mais efetiva e, principalmente, mais integrada com o nosso Serviço de Educação Municipal e com a Coordenação de Serviço Social", acrescentou Luiz Castro Andrade Neto.

Pré-escolar vai resolver sério problema em Caeté

O Prefeito Fernando de Castro, de Caeté, em Minas Gerais, declarou ao *Ação Comum* que o número de alfabetos naquele município está na faixa de 13% da população e que o pré-escolar do Mobral veio resolver um sério problema ao atuar na faixa etária dos 4 aos 6 anos. Disse ele "que Caeté é uma das cidades de Minas que têm um grande número de unidades do pré-escolar — 24 núcleos — que somam aproximadamente 865 crianças".

Castro enfatizou que o problema da evasão na educação pré-escolar não existe, e o mínimo de crianças exigidas por unidade — 25 — tem sido sempre suplantado. Esse progresso na educação municipal vem compensar a contrapartida de que o parque industrial, antes bastante progressista, hoje, devido à crise no setor, encontra-se com sua atuação bastante diminuída. Para evitar esse descompasso industrial, o prefeito pretende, a médio e longo prazos, ativar o fluxo turístico da região.

Atuação do Mobral

O prefeito salientou que "o trabalho que o Mobral vem realizando no município é o que mais tem chamado a atenção na nossa administração. Acolhidos a um momento de crise e emergência, em que nós assumimos a prefeitura, sempre demos total prioridade à educação, saúde e assistência social. E, nesse campo, temos que ressaltar, ao máximo possível, a participação da Fundação Mobral. Nós tivemos até dificuldades em seguir o ritmo que o Mobral impôs ao nosso município. A população, entretanto, tem sabido, pouco a pouco, incorporar o Mobral em suas vidas. Esta reação da comuni-

Há interesse da prefeitura em desenvolver, cada vez mais, os programas, projetos e atividades do Mobral no município, onde pretendem implantar Oficinas Comunitárias e dar continuidade à programação de tarefas conjuntas na área cultural.

Envira se situa no vale do rio Juruá e possui uma população de 15 mil habitantes, sendo que 80% vivem na zona rural. Possui uma rede de ensino que pode absorver 70% das crianças em idade escolar, levando em conta a falta de escolas, as grandes distâncias e o nível dos professores. Existe atendimento na faixa do pré-escolar somente na zona urbana. O índice de evasão escolar é maior na zona rural por motivos vários, entre eles a ausência periódica da merenda escolar e a tradição de as crianças trabalharem na época do extrativismo do látex — economia básica da região. O Prefeito Luiz Castro Andrade Neto afirmou que há a possibilidade de se criar uma auto-suficiência econômica, no momento em que o município tiver uma maior assistência no campo da saúde, alimentação e educação.

O prefeito finalizou sua entrevista dizendo que a descentralização — com vistas à atividade comunitária; à implantação de um calendário agrícola, adequando o período letivo do aluno com sua participação no trabalho; ao incentivo à iniciativa privada; à distribuição de terras a pequenos agricultores; e à utilização da mão-de-obra ociosa — permitirá que o município atinja um nível de desenvolvimento e progresso bastante auspicioso. "Para isso contamos com a certeza da colaboração da Fundação Mobral".

dade foi muito importante".

Disse o prefeito que a comunidade é muito grata aos benefícios dos convênios assinados entre a Fundação — através da Comissão Municipal — e a prefeitura, especialmente na área do pré-escolar. "Toda a carência que havia foi suprida pelo Mobral. Hoje, aproximadamente 80% das crianças na faixa etária de 4 a 6 anos são atendidas. Isso só foi possível graças à integração Mobral/prefeitura/comunidade".

Ao falar sobre a descentralização — do Mobral — e a participação — da comunidade —, Fernando de Castro ressaltou que todo e qualquer processo do gênero, sempre traz benefícios às pessoas envolvidas ou às que venham a se envolver. "Isso", anuiu, "é a própria democratização das ações de qualquer órgão, a partir do momento em que se começa a ouvir mais e mais as pessoas, a partir do estágio em que se começa a dar maiores condições de participação a todos que estão inseridos no processo ou que venham em futuro próximo se inserir em ações descentralizadoras".

Finalizando, disse que "tem escutado e discutido com outros prefeitos a respeito da nova imagem da Fundação Mobral, das ações concretas que estão sendo propostas tanto pelo Órgão como pela comunidade. E isso se reflete cristalinamente quando se observa a reação popular. O povo sabe enxergar as coisas, e aqui em Caeté, onde eu posso ouvir as opiniões do povo e sentir a reação das lideranças comunitárias, há uma grande e efetiva esperança na conjunção comunidade e Mobral. Não é um sonho ou uma ilusão, já existem ações bastante concretas acontecendo e frutificando".

Igreja vai à justiça por área que pobres ocuparam

"Digam-me onde fica meu apartamento, que eu mudo já", assim se manifestou Reginaldo Antônio de Farias, um dos membros das 54 famílias que se instalaram em um terreno pertencente à Igreja. Reginaldo, funcionário da Companhia Siderúrgica Paulista — Cosipa —, é acusado pela Igreja de não precisar de ajuda, porque seria dono de um apartamento.

O incidente aconteceu em Guarujá, uma das cidades balneárias mais sofisticadas do Brasil. Guarujá fica na ilha de Santo Amaro, em frente de Santos, mas é totalmente independente. Num de seus distritos, Vicente de Carvalho, homenagem ao grande poeta do mar, 54 famílias estão se instalando num terreno baldio, malcheiroso, já que faz parte de um extenso mangue. Primeiramente, foram três famílias a invadir o terreno, a fim de construir seus barracos. O problema, porém, se agravou, quando mais 51 famílias começaram a se instalar no local, por não terem para onde ir.

O terreno em questão pertence à Igreja, a Mitra Diocesana de Santos. Imediatamente foi perpetrada uma ação judicial, com "a finalidade tão somente de legitimar a posse do terreno em nome da Mitra Diocesana de Santos", visando ao "restabelecimento urgente e decisivo da verdadeira justiça e do direito". No entanto, a ação judicial acabou sendo sustada por 20 dias pelo juiz da 1ª Vara do Guarujá.

Vicente de Carvalho é a parte pobre de Guarujá. Sua população é quase toda ela carente, vivendo com baixíssimos orçamentos, que mal dão para o aluguel e a alimentação. Segundo o Vereador Francisco Tico Barbatto, "a Igreja sempre apoiou os invasores de terra", mas acrescentou a seguir: "Mas quando a área é dela, a reação é outra. Até a polícia foi chamada, no primeiro dia. O padre e três seminaristas que trabalham junto às favelas vieram pedir ao prefeito água e luz para os invasores de terras da prefeitura, há cerca de um mês. Mas, na terra da Igreja, o padre cortou a água da capela, que atendia aos favelados, no primeiro dia da invasão. Onde ficam os direitos humanos, tão defendidos pela Mitra?"

Por iniciativa dos vereadores Miguel Silva e Francisco Tico Barbatto, de partidos políticos diferentes, foi contratado um advogado para atender aos favelados, visando a oferecer aos invasores a possibilidade de uma vida mais digna.

Eis o depoimento de Maria de Lourdes Gomes, uma das invasoras que, anteriormente, morava num cômodo com quatro filhos e um neto: "Precisamos comer. Minha filha de 15 anos trabalha de doméstica, só em troca de comida e de leite para a criança de um ano".

Os invasores pouco possuem para erguer os seus barracos: retalhos de madeira e de papelão. Dormem, às vezes, sobre uma folha de madeira, ficando expostos às intempéries do tempo, enfrentando sol e chuva num absoluto desconforto, num desumano deus-dará. Mesmo assim, no final de sua nota oficial, afirmou a Mitra Diocesana: "Que todos tenham acesso a tudo aquilo que é necessário para se ter uma vida digna; esta, aliás, é a vontade do próprio Deus: que todos tenham vida. E vida em abundância".

Até onde podemos julgar com quem está a razão, com quem de direito? Uma vida digna deve sempre custar um preço tão alto que nem todos podem pagar?

Felizmente, após pedir a suspensão do processo por 30 dias, diante da repercussão negativa que a sua atitude provocou em toda a comunidade, a Mitra Diocesana de Santos recuou, desistindo do processo que movia contra as famílias carentes que ocuparam aquele pedaço de mangue de sua propriedade. Declarou, depois de um longo silêncio, D. David Picão: "Lamentamos que, nesta invasão, devesse surpreender por sua rapidez e coordenação, tantas famílias tenham sido compelidas a buscar solução tão precária para a própria necessidade de dispor de um chão e um teto. É um sintoma alarmante, que não depõe tanto contra a atitude dos 'invasores', mas que grita alto contra a situação de extrema miséria a que um determinado modelo econômico e social acabou por reduzir grande parte da população brasileira".

Aos Empresários
e Contabilistas:
a Fundação
Mobral
deseja um
Feliz Natal
e um Próspero
Ano-Novo
às classes que
têm colaborado para
que outros natais
sejam também felizes
e a esperança
renovada no próximo ano.

